

A mudança da capital no Legislativo brasileiro, 1956-1960

Marcos Magalhães

O título do artigo anuncia seu objetivo precípua: examinar a percepção da ideia da mudança da capital no Legislativo brasileiro. Tradicionalmente, a historiografia sobre a construção de Brasília destaca o executivo. Esta investigação concentra-se nas bordas do fato retumbante do poder executivo, para considerar como Brasília foi possível como fato político no âmbito do poder legislativo.

Não se pretende fazer a genealogia das origens da ideia da mudança da capital no Parlamento brasileiro. O Parlamento contribuiu decisivamente por meio da elaboração do enquadramento jurídico da mudança da capital e da aprovação dos aportes financeiros necessários. Neste sentido, consideramos, para efeito de periodização, que a mudança da capital entrou na ordem do dia do Legislativo com a Lei nº 2874, de 19 de setembro de 1956, que determinou a mudança da capital federal, provendo ao Executivo os meios necessários para a sua realização. Neste contexto, a mudança da capital passou a aparecer como o carro chefe do Plano de Metas de JK (a meta “síntese”), cristalizando, em termos simbólicos, a transição para a modernidade.

O ano de 1957 iniciou com as obras em pleno vapor no Planalto Central. No mesmo período, outra iniciativa do Legislativo, a Lei nº 3.273, de 01.10.1957, estabeleceu um cronograma para a mudança da capital, ao

Marcos Magalhães é Consultor Legislativo do Senado Federal.

definir o dia 21 de abril de 1960 como data de sua inauguração. A partir daí, o destino de Brasília até a sua inauguração ligou-se definitivamente ao Congresso Nacional.

Estabelecidos os limites cronológicos desta investigação, devemos restringir seu escopo. Trata-se de definir a percepção da ideia da mudança da capital no Parlamento brasileiro a partir de uma fonte que privilegia informações da imprensa escrita. Fizemos levantamento exaustivo de notícias sobre a mudança da capital em três periódicos: *Correio da Manhã* (RJ, 1956-1969); *Jornal do Brasil* (RJ, 1956-1960); e *Folha de São Paulo* (1960). Complementamos o levantamento com registros do *Jornal do Comércio* (1956-1960) e um pequeno periódico católico do Mato Grosso, a *Cruz* (1957-1960). Utilizamos como elementos de controle da informação jornalística os registros internos da História legislativa, como pronunciamentos e debates em Plenário e os processados das proposições legislativas.

Isto permitiu tratar como a atividade parlamentar interagiu com a opinião pública – admitindo de antemão os limites da imprensa escrita em mundo semi-alfabetizado como indicador indiscutível – e perceber quais os atores e plataformas políticos mais relevantes no debate parlamentar sobre a mudança da capital.

I

O primeiro aspecto a considerar em estudo apoiado na informação jornalística é aferir a influência da linha editorial em questões políticas muito polêmicas. Brasília estava entre esse tipo de questões que apresentavam notável variação sobre a forma como eram tratadas pela mídia. Assim, antes de analisar os dados reunidos, vale acrescentar algumas informações sobre a posição dos periódicos no debate.

A linha editorial do *Correio da Manhã* é claramente antimudancista. Em vários editoriais, o jornal carioca manifesta sua posição (“Brasília às caneladas”: referên-

cia à forma como Brasília estava sendo construída por JK; “Mãos a Brasília”: sobre criação de CPI sobre os “negócios da Nova-cap”; “Brasília é uma calamidade e ainda não pode funcionar como capital”, entre outros). A *Folha de São Paulo* não esconde simpatia pela tese mudancista, mas isto não interferia na apresentação de cobertura mais equilibrada na abordagem sobre o Congresso, cuidando em não se omitir quando a notícia se impunha.

A linha editorial do *Jornal do Brasil*, mais equilibrada como a da *Folha*, é simpática à tese mudancista, mas também particularmente sensível aos argumentos do discurso detrator sobre Brasília, traço observável em toda a mídia carioca. Como o jornal tinha como identidade conceder espaço para o debate sobre questões culturais, talvez tenha sido o veículo de comunicação que mais enfatizou as realizações estéticas de Brasília (basta considerar os artigos de Mario Pedrosa e de Ferreira Gullar). Consideramos também as notícias sobre Brasília do *Jornal do Comércio*, porém o excluimos do levantamento estatístico. Sua condição de porta-voz de uma categoria (as associações comerciais) identificada com a defesa da construção de Brasília, apesar de certas contestações, fazia com que o periódico fosse quase oficial.

A *Cruz*, pequeno jornal católico cuiabano, também não foi considerado na análise estatística. Mas constitui exemplo da imagem de Brasília nas regiões imediatas e estrategicamente beneficiadas pela mudança da capital. Na sua narrativa sobre a construção, prevalecia a vertente edênica, com a presença de elementos literários – poesias, crônicas e análises estéticas – combinados com o tema recorrente da interiorização.

Os gráficos a seguir demonstram como a imprensa percebeu a mudança da capital. O banco de dados compreende 618 notícias publicadas nos três jornais, no período de janeiro de 1958 a abril de 1960¹. Temos re-

¹ Agradeço o apoio de Flávia Vieira de Carvalho e Luiana Pereira Maia no levantamento das notícias dos jornais.

gistros da *Folha* apenas para o ano de 1960 (janeiro a abril). Assim, o acréscimo de notícias nos primeiros meses de 1960 apresenta uma pequena distorção na avaliação do impacto da mudança da capital na mídia

nacional. Descartamos as notícias neutras por serem estatisticamente irrelevantes. Brasília era um divisor de águas e parecia não admitir uma posição neutra.

Gráfico 1

Notícias sobre a mudança da Capital, janeiro de 1958-abril de 1961

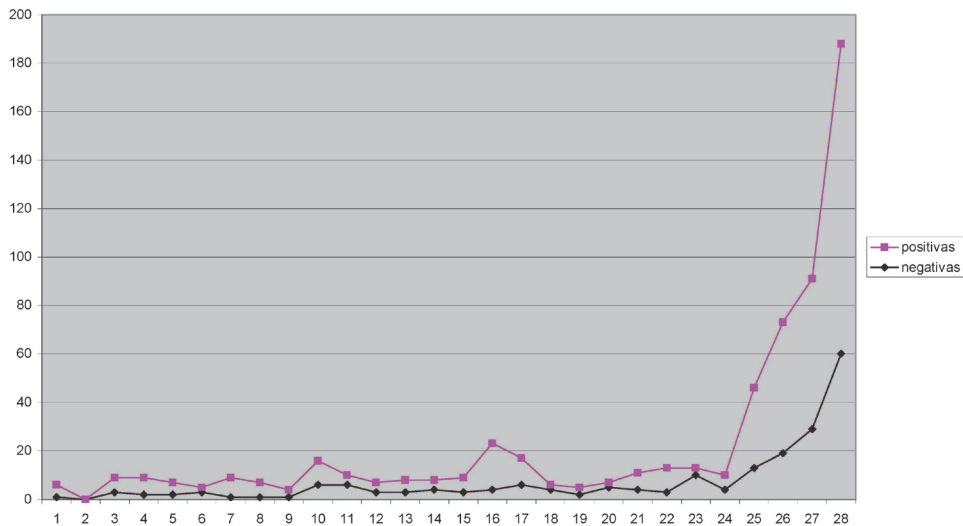


Gráfico 2

Notícias sobre a mudança da Capital, Jornal do Brasil, janeiro de 1958-abril de 1961

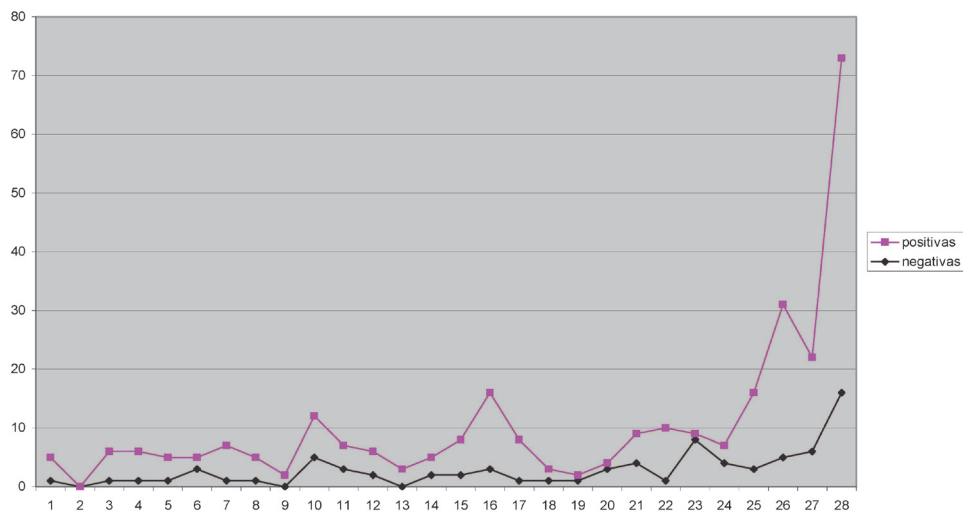
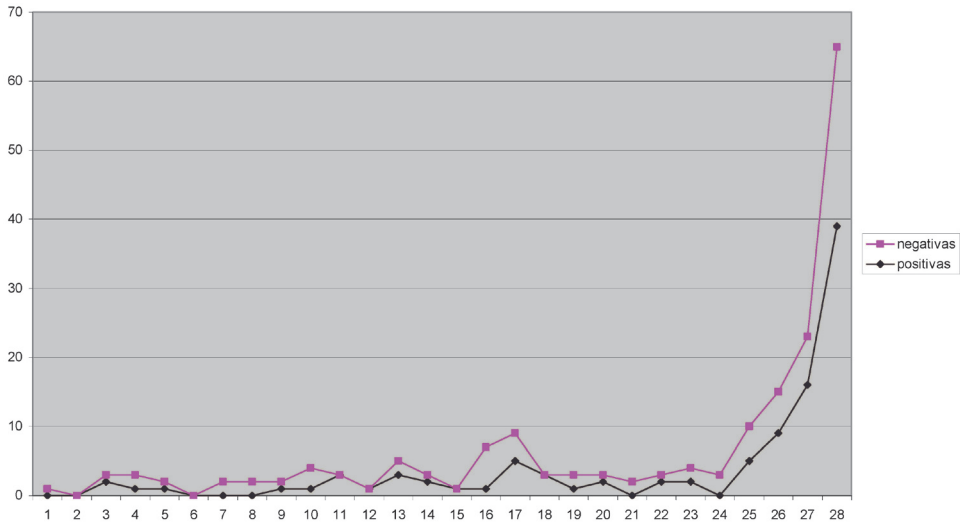


Gráfico 3

Notícias sobre a mudança da Capital, *Correio da Manhã*, janeiro de 1958-março de 1960



Até o ano de 1958, a mudança da capital não chamava muita atenção da mídia e não havia entrado regularmente na agenda política do Parlamento. Mesmo as negociações para votação da Lei nº 2874, de 19 de setembro de 1956, que resolveu a mudança da capital, e da Lei nº 3273, de 1º de outubro de 1957, que definiu a data da inauguração, não implicaram em grande mobilização ou debate no Legislativo. Alguns sugeriram que a oposição fez corpo mole na votação desses dispositivos legais, pois considerava que Brasília seria o suicídio político de JK. Os Gráficos 1, 2, e 3 sugerem que a questão esteve, em 1958, em banho-maria, embora a conjuntura das eleições de final de ano possa ter contribuído para aumento do interesse. No ano de 1959, Brasília entra definitivamente na pauta da imprensa e do Parlamento e, do início da sessão legislativa de 1960 até a inauguração, domina a agenda parlamentar.

A primeira evidência notável destes gráficos é a percepção de que o discurso detrator, embora minoritário – não em todos os veículos de comunicação, como demonstra o Gráfico 3 – sempre acompanhou o discurso positivo sobre a mudança

da capital. Enquanto o discurso positivo da interiorização da capital tem raízes no séc. XIX, o negativo foi concebido na velocidade e na intensidade da construção.

Isto explica porque a história da construção de Brasília foi feita de sobressaltos, duras negociações políticas, em ambiente contaminado pelo constante fantasma da crise. Isto fez com que a presença do Parlamento no debate sobre a mudança da capital assumisse caráter decisivo. Das 618 notícias, 152 (25%) expressavam posições de parlamentares – senadores e deputados – sobre a construção. Ou seja, o Parlamento constituía importante fonte de articulação e repercussão deste debate político, até mesmo na definição em negativo das prioridades da construção de Brasília por reação à crítica negativa. A Câmara repercutiu com maior intensidade o debate sobre Brasília (111 referências), ao passo que o Senado Federal teve atuação mais discreta (41 referências). Talvez isto reflita apenas a correlação de forças nas duas Casas do Parlamento. Com maioria mais folgada no Senado, JK enfrentou maiores dificuldades políticas, algumas sérias, na Câmara baixa, onde a oposição, sobretudo a UDN, tinha importante repre-

sentação, mais vitaminada com as eleições de 1958. No Senado, a aliança PSD/PTB garantia uma confortável maioria governista. Curiosamente, no frenesi da mudança da capital e do encerramento das atividades do Parlamento no Rio de Janeiro, as sessões no Palácio Monroe, sede do Senado, foram mais agressivas contra a mudança e, portanto, mais nostálgicas de evocações cariocas, do que as sessões no Palácio Tiradentes, sede da Câmara Federal. No Senado, os discursos de Mem de Sá e Afonso Arinos, representantes da UDN, deram o tom da oposição. Arinos, descendente do autor do clássico da literatura dos sertões, *Buriti Perdido*² (a atual Praça do Buriti, em Brasília, reporta-se a homenagem prestada por Israel Pinheiro a *Buriti Perdido*), consumaria em alto estilo a conversão para o discurso antimudancista.

Outra dimensão do movimento convergente das notícias negativas e positivas expresso nos gráficos poderia ser associada a estratégias de marketing do governo. Chama atenção que cada oscilação da curva de notícias negativas fosse correspondida por movimento ascendente das notícias positivas. Brasília era fundamental para a construção da personalidade política de JK, cuja modelagem aproveitou-se dos “efeitos Brasília”. A produção de notícias positivas

² *Buriti perdido* “Velha palmeira solitária, testemunha sobrevivente do drama da conquista, que de majestade e de tristeza não exprimes, venerável epônimo dos campos! ... Se algum dia a civilização ganhar essa paragem longínqua, talvez uma grande cidade se levante na campina extensa que te serve de soco, velho Buriti Perdido. Então, como os hoplitas atenienses cativos em Siracusa, que conquistaram a liberdade enternecendo os duros senhores à narração das próprias desgraças nos versos sublimes de Eurípedes, tu impedirás, poeta dos desertos, a própria destruição, comprando teu direito à vida com a poesia selvagem e dolorida que tu sabes tão bem comunicar.

Então, talvez, uma alma amante das lendas primeiras, uma alma que tenhas movido ao amor e à poesia, não permitindo a tua destruição, fará com que figures em larga praça, como um monumento às gerações extintas, uma página sempre aberta de um poema que não foi escrito, mas que referve na mente de cada um dos filhos desta terra”. Afonso Arinos (1898).

sobre Brasília tinha como pano de fundo as inaugurações e os fatos fundadores e JK os venerava. Primeiro fato fundador de JK: a visita pioneira ao sítio da futura capital. Surge o cuidado com a imagem do desbravador moderno dos sertões longínquos, revelado em incidente das fotografias na Fazenda Gama. A ilustre comitiva de JK estava reunida com os primeiros moradores da região, com uma humilde e sorridente moradora a servir café em xícaras pequenas maltadas e maltratadas. De repente, porcos e galinhas irrompem no terreiro da fazenda. Um assessor atabalhado tentava conter aquela algazarra, tocando os animais para fora do enquadramento da câmera. JK, rápido, interfere. Como o assessor poderia estragar aquela beleza de cena? Essa imagem, juntamente com a de Jean Mazon (JK no meio do cerrado), foram divulgadas em inúmeros meios de comunicação e constituem ícones referenciais da fundação de Brasília. JK foi o único presidente do Brasil que fez um museu de seu governo durante o exercício do mandato. A produção de fatos da construção de Brasília pontuava o conteúdo desse museu.

Este cuidado de marcar os registros e transformá-los em elementos da construção do mito fazia parte da personalidade de JK. Por isso, pontuou a curta e intensa construção de Brasília com visitas de importantes personalidades políticas. Pouco antes da inauguração, o presidente americano Eisenhower realizou festiva visita a Brasília, vivamente recompensada por elogios transbordantes ao grande feito do governo JK. O Presidente Bossa Nova também estimulava declarações de personalidades culturais sobre a disseminação da revolução na arquitetura brasileira, com o incentivo de congressos de críticos de arte e de arquitetura que tinham a cidade como tema. Famosa ficou a visita de Andre Malraux, escritor e ministro da cultura francês, que visitara Brasília e escrevera um dos textos que JK considerava mais marcantes sobre a nova cidade.

A maneira como a cidade foi construída contribuiu para que JK sempre tivesse, a partir de 1958, obras novas de impacto a inaugurar. Em 1958, estreou o primeiro complexo de monumentos (Alvorada, Brasília Palace e Igrejinha) e estabeleceu as fundações do Plano Piloto. Em 1959, concluiu o restante dos palácios, a Esplanada e os setores de habitações. O Plano Piloto tomava forma. O governo também associou a Brasília várias obras de infra-estrutura do Plano de Metas. Transformou, por exemplo, uma das suas grandes realizações, a extensão da malha viária do país, em um fato Brasília. A Cavarana da Integração Nacional, que se reuniu na futura capital pouco antes da inauguração, comemorava as suas ligações com os quatro pontos cardiais do Brasil. O evento também serviu para exaltar os novos produtos da indústria automobilística nacional.

A mudança da administração pública federal era um fato de vulto. Muitas notícias positivas procedem das providências tomadas para a transferência do funcionalismo público e do alto escalão dos três poderes. Segundo estimativa do Grupo de Trabalho de Brasília (*Jornal do Brasil*, 25.10.1959), a quem coube as atividades de organização da transferência do funcionalismo público, seria necessário o deslocamento de 3.389 funcionários dos três poderes para Brasília para realizar a mudança da capital, no primeiro momento: Câmara (889); Senado (429); STF (129); STE (124); TFR (146); Tribunal de Contas (476); Poder Executivo (1185). O Executivo poderia

fazer sua transferência gradualmente, mas o Legislativo e o Judiciário deveriam estar aptos a funcionar integralmente na nova capital. O Serviço de Recenseamento sobre Brasília (JB, 23.01.1960) informou que, em princípios de 1960, a população da cidade era 64.341 pessoas. Os funcionários e alto escalão dos três poderes, que chegaram com a inauguração, representavam algo em torno 10% da população total e deveriam ser instalados nas novas habitações providenciadas pelo governo.

A explosão de notícias positivas sobre Brasília antecede três meses da inauguração, mas encontra o clímax nas festas do 21 de abril de 1960. Comemoração de estilo, em espaço aberto, sem sacrificar, naturalmente, os festejos mais exclusivos da nova corte. As instalações dos três poderes figuram como cerimônias históricas com todos os predicados de fatos fundadores da história política da nação. Talvez a exceção tenha sido o poder judiciário, mais discreto como a força das circunstâncias exigia.

II

O discurso da detração sobre Brasília estabeleceu a sua gramática durante a construção da capital. A decomposição dos elementos desse discurso e a análise da sua modulação nos anos 1958-1960 sugerem algumas revelações. O quadro a seguir sumaria estes resultados.

O primeiro componente da tabela – desvios – compreende as acusações sobre

Tabela 1 – Evolução do Discurso Detrator sobre Brasília, jan. de 1958 – abril de 1961

Discurso detrator	jan. jun. 58	jul. dez. 58	jan. jun. 59	jul. dez. 59	jan. abr. 61	Total
1. Desvios	5	5	8	12	14	44
2. Política Econômica	1	8	10	6	11	36
3. RJ/BSB	2	2	1	1	13	19
4. Condições de Habitabilidade	3	7	8	9	92	119

as irregularidades da construção de Brasília (corrupção, desvio de recursos, falta de transparência na prestação de contas, desorganização financeira, atuação da Novacap etc). A crítica a política econômica do governo JK, o segundo componente da tabela, situava o ritmo da construção de Brasília e as somas invertidas na sua execução como vetores do processo inflacionário e prioridades questionáveis de concentração dos poucos recursos financeiros do estado. O terceiro componente enfatizava as vantagens comparativas do Rio de Janeiro sobre Brasília como capital. A rubrica Condições de habitabilidade engloba a ausência de fatores considerados necessários a uma capital federal, inclusive a definição do seu estatuto jurídico e organização administrativa.

A conjuntura das eleições de 1958 interferiu na avaliação sobre Brasília. O primeiro pico de notícias negativas, observados nos gráficos 1, 2, e 3, coincide com os meses de setembro a dezembro de 1958, quando se realizou o certame eleitoral que renovaria a Câmara dos Deputados e 2/3 do Senado. A partir deste momento, as notícias negativas sobre Brasília atingiram novo patamar, mais consistente com a articulação mais precisa de todos os componentes do discurso detrator. A Tabela 1 demonstra que pelo menos três componentes do discurso detrator (1, 2 e 4) adquirem musculatura, na conjuntura eleitoral do segundo semestre de 1958, para figurar com intensidade em 1959 e, sobretudo, nas vésperas da inauguração da capital. Eram argumentos utilizados pela oposição para se eleger – e Brasília ofereceria componentes negativos que se encaixavam com precisão no discurso moralista udenista – e que seus parlamentares retomariam na nova sessão legislativa, que se iniciaria em 1959.

Se nossa hipótese estiver correta – há uma correlação objetiva entre os fatos positivos e negativos sobre a mudança da capital – é possível estabelecer periodização da recepção da ideia da mudança da capital

no Parlamento. De início pouco envolvente, a questão experimentou seu primeiro teste de popularidade nas eleições de 1958. Os gráficos 1, 2 e 3 sugerem que 1959 conheceu dois movimentos de intensificação do debate sobre Brasília, ambos coincidentes com contextos de crise política no Parlamento relacionados com o debate: mar-jun de 1959 e nov-dez de 1959.

O espiral positivo dos momentos anteriores à mudança, os três primeiros meses de 1960, repercute a escala do evento, mas também assinalam as providências legais que o Legislativo deveria tomar para tornar possível a transferência da capital, em particular a votação dos dispositivos legais sobre o estatuto jurídico e a organização administrativa do novo Distrito Federal e do Estado a ser criado, a Guanabara. A questão consumiu trabalho de comissões mistas do Congresso durante o ano de 1959, resultando em propostas de Emenda Constitucional. A sua tramitação foi muito confusa, não tendo sido concluída a tempo até as vésperas da inauguração. Talvez o atraso fosse estratégia do governo, desconfiado com oposição por conta de possíveis problemas associados a exigência de quórum mais elevado em votação de emendas constitucionais. Apesar de várias opiniões contrariadas, entre senadores e deputados da oposição, a questão foi resolvida nos últimos dias de funcionamento do Parlamento no Rio. Encaminhada por projeto de lei ordinária com todos os requerimentos de urgência possíveis e ameaças de obstrução por parte da oposição, vingou com a pressão do “rolo compressor” do governo e dos receios da oposição de ser declarada culpada em caso de atraso da mudança da capital.

A oposição tentou obstruir a votação, porém estava dividida. A sua última cartada, a apresentação, em princípios de 1960, de Requerimento por Carlos Lacerda para adiar a inauguração de Brasília até que o Congresso Nacional verificasse e decidisse “que a cidade de Brasília, ainda no começo

da sua construção, reúne as condições materiais, sociais e políticas indispensáveis à sede da representação nacional”, não antes das eleições de outubro de 1960. A ideia era obstruir a votação das leis sobre Brasília e Guanabara. Os argumentos eram uma síntese do discurso da oposição: condições mínimas de funcionamento do Congresso; comunicações livres do controle do executivo; a falta de obrigação do Legislativo realizar a mudança; Brasília como “campo de concentração”; falta de condições de funcionamento para o Judiciário. Por fim, as “segundas intenções” da mudança: “redunda na prática no tumulto do processo democrático, no isolamento do Legislativo em que território que o Executivo transborda de seus poderes normais para exercer uma espécie de ditadura, numa área tutelada, na improvisação dos andaimes e na desordem dos papéis perdidos”. Profetizava Lacerda: “A mudança prematura, atabalhoada, fruto de um capricho e não de uma preparação completa, será a derrota da tese mudancista, mesmo no que tem de razoável e sedutor para a imaginação de tanta gente sincera e honestamente empenhada em encontrar panacéias para as doenças nacionais que exigem remédio”. Lacerda estava disposto, junto com José Bonifácio, a conduzir “campanha contra a mudança da capital para Brasília a 21 de abril deste ano” (FSP, 03.03.1960).

A *Folha* considerava duvidoso o êxito da estratégia: “Apesar desta opinião do Sr. Carlos Lacerda, parlamentares da UDN acham que dificilmente poderão obter uma vitória com a obstrução, pois é bastante forte a corrente mudancista dentro do partido”. Por isso, por meio da emenda Adauto Lúcio Cardoso à proposição que reservava orçamento para cobrir as despesas da mudança da Câmara e do Senado, buscava reservar canais exclusivos de radiodifusão para o Congresso como moeda de troca do apoio da oposição à mudança. O porta-voz do governo afirmara que JK inauguraria Brasília “esteja ou não aprovada a sua

organização judiciária”. JK determinou que o líder Abelardo Jurema pressionasse todos os parlamentares a estarem presentes na abertura da sessão legislativa de 1960, pois seria esforço concentrado para aprovar todas as matérias necessárias à transferência da capital. Em 14.04.60, o deputado Armando Rollemberg (PR - SE) apresentou parecer contra a proposição de Lacerda (CM, 15.04.1960), prontamente enterrada.

A curva das notícias negativas do ano de 1959 está relacionada com as estratégias definidas pela oposição, que optou por centrar fogo na criação de uma CPI sobre Brasília. A tabela 1 também reforça a leitura de que o tema desvios assumira hegemonia, neste período, perante aos outros componentes do discurso detrator sobre Brasília. A questão de abertura de CPI sobre Brasília havia sido ventilada desde 30 de outubro de 1958 (JB, 31.10.1958, manchete: “Resolveu a UDN ser contra Brasília feita às pressas”), quando a UDN tomou a primeira posição oficial de oposição ao ritmo da mudança da capital, logo após as eleições do legislativo. Em nota oficial, declarava que era favorável à transferência da Capital para Brasília, mas “considera o atual ritmo e orientação dos trabalhos e conseqüente encarecimento dos custos prejudicial à economia do País, com evidente agravamento da crise com que se debate a Nação, pelo que proporá a UDN a prorrogação do prazo previsto na Lei nº 3.273, de 1º de outubro de 1957”. Manifestava apoio aos seus representantes na Novacap que exerciam a fiscalização “que as circunstâncias permitem”.

A nota foi fruto de reunião com violentos embates entre Lacerda, “o mais intransigente adversário da Novacap” e Emival Caiado, “defensor intransigente da Novacap”, evidenciando o racha sobre o tema no partido. A divisão ficou evidente na apresentação de relatório de Israel Pinheiro sobre a construção de Brasília perante a Comissão de Mudança da Câmara (JC, 11.06.1959). Lacerda pedia CPI, Israel

negava dizendo que era pretexto para inviabilizar a construção (“desmoralizar esta grande obra do governo”) e Caiado sustentava que a CPI poderia ser instalada no dia 22 de abril de 1960. Pesou o depoimento de Cunha Bastos que afirmou ter a Novacap interferido nas eleições de Goiás em apoio de candidatos governistas. Alguns queriam a instalação de CPI imediatamente, mas ponderou-se que, para preservar a posição dos seus representantes na Novacap, seria melhor deixar a providência para março de 1959.

Com efeito, entre os meses de março e junho a oposição se movimentou para recolher as assinaturas necessárias para instalação da CPI e o governo acionou sua base para evitá-la. Correio da Manhã (14.05.59) informou que o líder da oposição, Carlos Lacerda, e a UDN encaminharam requerimento a Mesa da Câmara de criação de CPI sobre a construção de Brasília, com vistas a explicitar as condições financeiras dos custos da construção e os “negócios da Novacap”. A CPI, segundo o requerimento, deveria “examinar as condições materiais que possibilitem a mudança da capital para Brasília, observar como se efetua a construção da nova capital, examinando-se os contratos de obras e de serviços, o seu custo comparado com as construções particulares, o custo do palácio presidencial, Ministérios, Congresso Nacional e Poder Judiciário, e os recursos financeiros utilizados para a construção da nova capital”, (Jornal do Comércio, 14.05.1959). Depois de várias notícias desencontradas, o requerimento não foi apresentado por não reunir as assinaturas necessárias.

A questão da CPI sobre Brasília foi reanimada com um inusitado depoimento do Deputado Elias Adaime em novembro de 1959. Envolvido com empreendimentos da construção de Brasília, Adaime denunciava todos os principais diretores da Novacap (Pinheiro, Meimberg, Ernesto Siva), detalhando dados e informações. Criou grande tumulto na Câmara. Fez com que

o PTB passasse a apoiar temporariamente a abertura da CPI e que o líder do governo, Abelardo Jurema, se precipitasse ao afirmar que só aceitaria CPI depois da inauguração de Brasília, pois o fito das denúncias era conturbar a inauguração na data marcada (JB, 04.11.1959). O PTB recuou da decisão após ameaças de retaliação do PSD (JB, 05.11.1959).

A crise aberta pelas denúncias de Adaime evoluiu e Adauto Cardoso (UDN) também sustentou ter novas informações sobre os fatos denunciados que implicavam Iris Meimberg, representante da UDN na Novacap. Este, em reunião com a bancada da UDN, apresentou renúncia da Novacap e pediu comissão de sindicância para apurar as denúncias (JB, 19 e 20.11.1959). A UDN aceitou o pedido de renúncia com a condição que fosse imediata e abriu sindicância (JB, 20.11.1959). O resultado final (JB, 19.12.1959) da sindicância foi uma nota oficial - divulgada em reunião “longa e toda ela realizada num clima de indisfarçável constrangimento” - que evitou se pronunciar sobre o problema, reconhecendo que a comissão de sindicância não tinha meios para aprofundar a apuração. Aceitou a renúncia de Meimberg, inclusive a sua alegação de que não tinha atribuições de fiscalização, mas de administração. Um dos pilares da crítica da oposição, a denúncia das irregularidades na Novacap, estava parcialmente comprometida com a presença de membros da oposição na administração da Novacap, uma das determinações da Lei nº 2874/1956. Deixava-se para depois da inauguração a instalação da CPI sobre Brasília, mesmo porque o Bloco Parlamentar Mudancista, onde figuravam vários udenistas e era liderado por Emival Caiado (UDN), fechara posição contra a CPI até a inauguração de Brasília.

A questão que mais mobilizou a atenção da mídia e do Parlamento, nas vésperas da inauguração da cidade eram suas condições de habitabilidade. A tabela 1 demonstra que o tema assumia maior importância no

discurso detrator sobre Brasília à medida que a inauguração se aproximava. A oposição udenista passou a enfatizar a falta de condições de habitabilidade da capital, a precariedade do funcionamento do Congresso Nacional – sobretudo seu isolamento em razão da ausência de meios de divulgação do trabalho parlamentar – e a ausência de enquadramento jurídico da nova capital. O deputado Oscar Correa (UDN – MG) afirmou (CM, 12.01.60): “Mudança para Brasília em abril? Só se for simbólica, meu amigo. Sem condições de vida em Brasília, a Câmara não pode exigir a presença lá dos seus membros. Estamos dispostos ao sacrifício. Mas nunca nos exijam o que está acima do possível”. Naturalmente, nem sempre o que era visto como negativo era consensual. Um dos problemas mencionados em reportagem do Correio da Manhã (14.01.60, o título da matéria era “Crise em Brasília”) era a predominância de homens entre os seus habitantes. Argumentava que os mais ansiosos com a inauguração eram os habitantes de Brasília, pois se esperava que mais mulheres viessem para a nova capital. O deputado Neiva Moreira (PSP – Maranhão), Segundo Secretário da Câmara “oferecia mais este argumento para convencer as funcionárias solteiras não muito interessadas em perder as delícias cariocas”.

Visitas das comissões instituídas no Senado e na Câmara para acompanhar a construção do edifício do Congresso Nacional, bem com as comissões técnicas constituídas em cada órgão para tratar das questões materiais da mudança (mudanças, acomodações etc), repercutiam na imprensa e ofereciam combustível para a crítica da “terra do “vaíter”, expressão consagrada por Lacerda. A *Folha* (02.2.1960) noticia que, em fins de janeiro, membros da Mesa da Câmara e da Comissão de Mudança atestaram, em visita a Brasília, que ela oferecia “condições para a transferência da Câmara para a futura capital”. A oposição (líder Nestor Duarte, Pedro Aleixo e Adau-

to Cardoso) destacou que iria conferir as condições da cidade, não para verificar suas condições de habitabilidade, pois estava disposta, como Nestor Duarte explicava, “a participar com esta parcela de sacrifício para que se realize a mudança”. Mas para conferir se “existem condições mínimas para o Congresso possa funcionar”. Ou seja, que os parlamentares tivessem todo acesso ao Judiciário e Executivo e, sobretudo, que não ficassem “ilhados em Brasília”. Ou seja, os jornais e estações de rádio e os meios de comunicação deveriam funcionar plenamente, permitindo que as notícias pudessem chegar rapidamente ao restante do país: “Sem isto não será um parlamento que estará reunido, mas sim um grupo de homens cuja ação legislativa – que praticamente não existirá, caso não haja contato direto com as agências executivas – não poderá ser relatada, criticada ou louvada pelos meios de comunicação do público ... Ficaríamos ilhados em Brasília, separados do resto da nação, quase nada podendo realizar”.

Na despedida do Monroe, longo discurso de Mem de Sá (UDN), com direito a manchete em primeira página (“O Brasil se “trujiliza” acelaradamente”, 16.04.1960), recupera os leit motiff dos discursos da oposição sobre a mudança: a eclipse dos poderes, reforçada pelo isolamento da opinião pública e dificuldades materiais de comunicação, pela imposição do Poder Executivo na pessoa de JK, o “Supremo”: “Teremos um colapso das instituições e ninguém sabe quando elas se refarão do coice-de-mula que ao coração se lhes asseta ... Com a supressão temporária dos órgãos supremos do Poder Judiciário, com o Congresso sem imprensa, perdida a voz do protesto e da vigilância – perdidos ambos na distância e na ausência de comunicações normais ... no feudo presidencial a que nos atiram haverá tão somente a hipertrofia do Poder Público do Presidente, conjugada com a hipertrofia do poder econômico com que amolece, amacia, compra e corrompe,

domina e avassala resistências e entraves, Estados e municípios, empresa e indivíduos”. Curiosamente, a transferência da capital para Brasília resultou em ganho de transparência para o Legislativo, pois resultou na conquista de uma rádio que tinha a atribuição exclusiva de noticiar as atividades parlamentares.

Naturalmente, a crítica às condições de habitabilidade de Brasília cessou com a transferência. Mais ácida no poder judiciário, que acrescentou exemplos para o anedotário da recusa da vida da nova capital, no Legislativo foi resolvida com breve recesso nas duas Casas, tempo para colocar as coisas no lugar e terminar o acabamento do Palácio do Congresso Nacional. Seguramente, a escolha de Niemeyer

para fazer a obra mais complexa e cara da capital atenuou as críticas dos parlamentares sobre a sua nova Casa, concebida sem a sua consulta.

Este artigo examinou a recepção da ideia da mudança da capital na mídia e no Parlamento brasileiro. Seu fito foi examinar de que forma o Legislativo compreendeu a construção de Brasília, interferindo decisivamente em momentos políticos delicados para o destino da futura capital. Apresenta, portanto, uma contribuição para se repensar a história da construção de Brasília a partir da perspectiva da História do Poder Legislativo.

